

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores – Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 4,00 (solidário R\$ 5,00)

nº 823 – de 15 a 29 de março de 2018

AVANÇA APOIO POPULAR À CANDIDATURA



GOLPISTAS, NÃO PONHAM A MÃO EM LULA!



PT ganha disparado em preferência partidária

Diálogo e Ação Petista

Reunir os grupos de base
e construir Comitês
pág. 5

Luta de classe

Funcionalismo de SP em
greve contra projeto de Dória
pág. 7

Nacional

Ato contra a intervenção
militar no Rio
pág. 9

Itália

Eleições causam
sobressalto
pág. 11

A quem serve não fazer Congresso da JPT?

Atividade é a melhor forma de organizar juventude petista paras as lutas

A reunião do Conselho Político da Juventude do PT com a presidente Gleisi Hoffmann dias 9 e 10 de março terminou, mais uma vez, num impasse sem decidir se realizará seu 4º Congresso ainda neste semestre. Foram a favor da realização a Construindo um Novo Brasil, Articulação de Esquerda, Movimento PT, Esquerda Popular Socialista e O Trabalho. Foram contra a Democracia Socialista, Mensagem ao Partido, Avante e Militância Socialista. A presidente, que defendeu fazer, sugeriu que a Executiva Nacional decidisse a questão.

“Impensável não ter!”

A Direção Estadual do PT RJ aprovou uma resolução que diz “é impensável nesse momento que se abra mão de realizarmos o Congresso da Juventude do PT (CongJPT). O Congresso exerce papel fundamental na organização e formação da

militância jovem, preparando-os para os desafios”.

Em nota a Direção da JPT SP “acredita na importância e na viabilidade de realizar o 4º Congresso da JPT nas suas etapas, com objetivo político de organizar a JPT na defesa do Presidente Lula e do nosso projeto político”.

A quem serve não fazer?

Adiar a realização do congresso é um prejuízo ao partido. O Congresso da JPT é a melhor forma de organizar a juventude petista para desenvolver suas lutas e contribuir, concretamente, no combate contra a retirada de direitos e pela candidatura de Lula. É a forma também de ajudar milhares de jovens que se agarram a Lula e ao partido para resistir, muitos destes nos Comitês em defesa da democracia e do direito de Lula ser candidato.

Paulo Riela

QUAL É DA UJS?

O site da União da Juventude Socialista (UJS), organização ligada ao PCdoB, publicou artigo intitulado “Eleição sem Lula não é fraude”. A UJS pisa feio na bola, mesmo que diga não refletir sua opinião.

Diz o texto que a palavra de ordem de unidade daqueles que defendem a democracia - Eleição sem Lula é fraude -, “revelou-se acima do tom”, que a candidatura de Lula se dá “sem diálogo” e as caravanas sem “o conjunto de forças contra o Estado de Exceção”. Isso é um desserviço! Faz coro com os algozes que condenaram Lula sem provas justamente para tentar impedi-lo de ser eleito pela maioria.

No texto aparece porque tanto incômodo com a defesa intransigente da candidatura Lula, pois “deixava-se de construir palanques e alianças maiores”, como por exemplo, para “viabilizar uma frente ampla com frações da burguesia aberta ao diálogo”. Mas qual programa propõe? Frente com Rodrigo Maia (DEM), apoiado pelo PCdoB para presidente da Câmara? Sobram calúnias gratuitas, mas nenhuma letra defendendo direitos dos trabalhadores e juventude atacados pelos golpistas.

A cúpula da UJS deveria acordar para vida, porque não há outra candidatura com condições de se eleger para retomar direitos e fazer profundas reformas. É melhor se juntar aos milhares, sobretudo jovens, que apoiam Lula, porque “camarão que dorme a onda leva”!

Metade da juventude brasileira ameaçada de cair na pobreza

Estudo do Banco Mundial constata a tragédia e propõe políticas que só a agravará

Um estudo do Banco Mundial (BM) sobre a juventude brasileira, publicado no Estadão (8/03) confirma o que a maioria dos jovens já sentem na própria pele, sobre a ameaça de ver negado um futuro.

Segundo o documento do Banco Mundial, 52% dos jovens brasileiros estão ameaçados de estarem mais próximos da linha da pobreza, devido ao seu pouco acesso a bons empregos.

O próprio diretor da instituição,

Martin Raiser, afirmou que “é uma população que vai ser vulnerável, vai ter dificuldade de achar emprego, corre o risco de cair na pobreza”. Os dados apresentados pelo banco mostram que 11,2 milhões de jovens se encontram no grupo “nem-nem” (nem estudam e nem trabalham); 2,2 milhões só estudam e com defasagem; 8,8 milhões só trabalham em empregos informais e outros 2,8 milhões estudam e trabalham, mas também na informalidade.

Porém, a grande questão, que é preocupante, é como o próprio Banco Mundial propõe resolver o problema. “Muy amigos” que são da juventude, propõem que um dos caminhos encontrados é a redução do salário mínimo, criando um piso salarial menor para os jovens de 19 a 25 anos, para facilitar o primeiro emprego. Em outra publicação no jornal Valor Econômico (7/03), o Banco Mundial havia apresentado uma proposta para “resolver” o problema dos jovens. Além de defenderem que o salário mínimo estava alto e reafirmar um salário mínimo exclusivo (menor) para a juventude, defendem uma nova revisão dos direitos trabalhistas, redução de medidas compensatórias pela perda do emprego, que o próprio banco chama de “bonança desemprego”. O Banco Mundial também coloca que a situação da juventude não ajuda na produtividade nacional, por isso a defesa de todas as reduções citadas.

Política golpista atinge em cheio os jovens

O que está em jogo é o futuro da nossa juventude, em um país que se arrasta numa profunda crise, desde o golpe de 2016, atacando, frontalmente, os direitos dos trabalhadores - como a contrarreforma trabalhista - agravando ainda mais a falta de perspectiva de um futuro digno para a juventude.

A CUT publicou matéria em seu site, onde afirma que vagas de emprego em janeiro indicavam o início da precarização do trabalho, liderada pela área do comércio, onde a juventude era a mais atingida, resultado da contrarreforma trabalhista do governo Temer, apoiada pelo próprio Banco Mundial.

Por isso todos os jovens estão chamados a defenderem seu futuro, seu acesso a empregos de qualidade, à educação pública e gratuita de qualidade, à programas de governo que ofereçam um futuro aos jovens, filhos das famílias trabalhadoras, os mais atingidos pela política dos golpistas.

Hoje, esta batalha significa barrar o brutal ataque à democracia no Brasil, que é o que significa a tentativa de impedir a candidatura Lula, principal ponto de apoio que a juventude e os trabalhadores têm para lutar pela reconquista de seus direitos e conquistas de novos. Daí que a juventude, para reverter a ameaça de ser jogada na linha da miséria, deve entrar com tudo na batalha pela construção dos Comitês em defesa da democracia e do direito de Lula ser candidato. Porque Eleição sem Lula é Fraude, e é uma fraude para garantir que avancem as políticas que retiram da juventude brasileira o direito ao futuro.

Jeffei



Jovens fazem oficina de pintura de camisetas na ocupação por moradia Jardim das Oliveiras em Araquari (SC). A atividade reuniu cerca de 15 jovens e contou com a presença da Juventude Revolução da Juventude do PT, além de jovens do MST. Os jovens da ocupação falaram sobre a questão do tráfico, da falta de emprego, de creche para as crianças e de lazer. Também falaram que o fato de serem da ocupação dificulta fazerem matrícula na escola. A JR que prepara a participação na Caravana de Lula em Santa Catarina, convidou jovens da ocupação a participarem da atividade.

A questão que tudo concentra

A partir do dia 26 de março, quando o Tribunal Regional Federal (TRF4) deve julgar os embargos declaratórios, será dada a senha para que as podres instituições façam de Lula um prisioneiro político.

As forças reacionárias se conjugam para esmagar a democracia e desativar o que para elas é uma bomba relógio contra seus planos de oferecer de bandeja ao imperialismo, os direitos dos trabalhadores, privatizar o patrimônio público e entregar nossa soberania nacional.

A combinação bombástica para os poderosos do mundo e seus serviços nativos é que por mais que façam, usurpando o poder, fraudando a Justiça, enxovalhando os lares com horas de noticiários mais que tendenciosos, Lula e o PT seguem depositários da esperança por um país e uma vida melhor. Em que pesem os erros cometidos, em particular na crença nas instituições que sustentam a secular dominação do país pelo imperialismo, este é o único caminho que está posto para barrar o retrocesso e avançar.

O que explica, depois de anos de perseguição e tentativa de desmoralização, que as pesquisas não possam senão registrar que é Lula a saída que a maioria do povo teima em se agarrar e o PT é, de longe, o partido com maior preferência popular?

Assim como se agarrou em seus sindicatos

para tirar da pauta a contrarreforma da previdência, a classe trabalhadora brasileira insiste em agarrar-se no partido que criou, e na sua principal liderança, para retomar o caminho que começou a trilhar quando, através de seu próprio movimento, derrotou a ditadura militar.

DEFENDER O DIREITO DE LULA SER CANDIDATO É DEFENDER A DEMOCRACIA

Hoje, num país sob o golpe, cujo “chefe de governo” está cada mais vez mais afundado, em que as classes dominantes não conseguem, a sete meses das eleições, apresentar um representante viável à presidência, através de Carmens Lúcias et caterva, querem impedir a candidatura de Lula. E o Judiciário, já está mais que provado e comprovado, está decidido a isso. Nenhuma ilusão que o Supremo Tribunal Federal (STF), por sua própria vontade, vá reverter a operação montada para tirar Lula das eleições, através de fraudulentos julgamentos.

O desenlace desta situação, que não está dado, definirá os rumos do nosso país.

O PT decidiu, em qualquer circunstância,

mesmo com Lula preso, é ele o candidato a presidente que será inscrito em 15 de agosto, como prevê a legislação eleitoral.

Mas, para garantir esse direito, uma longa batalha, que não é meramente eleitoral, está por ser construída. Questão central na defesa da democracia brasileira, ela concerne a todos.

No terreno eleitoral, todos os candidatos do PT, deputados senadores e governadores, têm a tarefa de fazer da defesa de Lula o carro chefe de suas campanhas.

As direções sindicais estão chamadas a se posicionarem, abrir a discussão na base e explicarem para os trabalhadores, os quais a Globo tenta intoxicar diuturnamente, o que está em jogo. Se o direito de Lula ser candidato não é garantido, que democracia terão os trabalhadores e seus sindicatos para organizarem a luta por suas reivindicações e para reverter a nefasta “reforma” trabalhista em vigor?

A defesa da democracia se concentra hoje em barrar a operação contra Lula.

Os Comitês Populares em Defesa da Democracia e do Direito de Lula ser Candidato devem proliferar. E se, após o dia 26 de março, ousarem transformar Lula em preso político, os Comitês serão a força para organizar a batalha por sua libertação e prosseguir a luta por uma nação livre e soberana.

CAMPO 1: Em 2017 nenhuma família foi assentada pela Reforma Agrária no Brasil. Pela primeira vez desde 1995, quando o Incra passou a registrar os dados dos assentamentos, foi constatado um resultado tão ruim. O menor número havia ocorrido em 2016, ano do golpe de Estado, quando foram assentadas apenas 1.686 famílias. O recorde positivo foi registrado em 2006, durante o governo Lula, quando 136.358 famílias foram assentadas. Houve uma drástica redução do orçamento destinado ao Incra para obtenção de terras: neste ano será de apenas R\$ 83 milhões. Em 2015 era de R\$ 800 milhões.

CAMPO 2: Desde que usurpou o governo, Temer extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário, reduziu em 80% o orçamento para a Reforma Agrária e paralisou uma série de programas de fomento à produção e comercialização dos alimentos da agricultura familiar. Em 2017, enquanto o Plano Safra da Agricultura Familiar teve o investimento de apenas 30 bilhões, o Plano Agrícola e Pecuário (2017/2018) – ou seja, o agronegócio – recebeu R\$ 190,25

bilhões. Isso, apesar de a agricultura familiar ser responsável pela produção de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, como frutas, verduras, leite, ovos, entre outros produtos. Em 2018, os recursos destinados para o apoio ao desenvolvimento das comunidades quilombolas, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais será zero. Em 2016, o orçamento era de mais de R\$ 1,2 bilhão. Outras políticas relativas ao campo, como o Minha Casa Minha Vida Rural, também ficaram paralisadas em 2017. O orçamento caiu de R\$ 781 milhões em 2016 para R\$ 262 milhões em 2018.

CAMPO 3: “Os golpistas não reconhecem o valor que a Reforma Agrária e a agricultura familiar têm para o País”, denuncia Elisângela Araújo, coordenadora de formação da Contraf. O fato é que a violência no campo só aumenta. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra, somente no primeiro semestre de 2017, foram 65 assassinatos em conflitos no campo, com registro de quatro chacinas durante o ano – Colniza/MT, Vilhena/RO, Pau D’Arco/PA e Lençóis/BA.

Memória

“CONTRA A CONDENAÇÃO, LULA NA ELEIÇÃO”

“Contra a condenação, Lula na eleição”. Com este grito, centenas de trabalhadores e jovens que participaram no último sábado (dia 6) de vários comícios realizados por Lula na região noroeste da cidade de São Paulo expressaram a sua vontade: impor à ditadura militar a participação dos candidatos do PT, a participação de Lula nas eleições marcadas para o mês de novembro. Estes comícios – nos bairros da Lapa, Brasilândia, Casa Verde e Pirituba –, que estavam marcados para abrir a campanha eleitoral de Lula no Estado, foram muito mais do que isso, destacando uma questão central: a luta contra a LSN [Lei de Segurança Nacional] e contra a condenação de Lula e os demais sindicalistas do ABC paulista.

O Trabalho nº 142 – 11/3/1982

Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Diagramação: Mariana Waechter

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Pela candidatura e a liberdade de Lula

Uma forte campanha deve ser feita, mais do que nunca, eleição sem Lula é fraude!

É hora de reforçar a construção de Comitês Populares em Defesa da Democracia e do Direito de Candidatura de Lula. Para dialogar com o povo sobre a verdade dos processos, e denunciar a perseguição do candidato que quer revogar as medidas golpistas e adotar outras em favor das condições de vida da maioria.

Para isso, os Comitês devem distribuir panfletos, visitar vizinhos e colar cartazes.

No PT, nada é mais importante do que formar Comitês, é o que dá sentido às campanhas de parlamentares e governadores.

Nenhuma entidade democrática, muito menos um sindicato, pode ficar indiferente ao direito de candidatura.

Abaixo publicamos exemplos de Comitês. Qualquer petista pode formá-los no bairro, no sindicato ou na escola, sem precisar o convidado se declarar eleitor de Lula, pois o que está em jogo é o direito democrático de escolha.

Afinal, afastar Lula, o favorito, seria fraudar a eleição, um esbulho da vontade popular!

Lula Livre

São vários processos jurídicos ao longo do ano, pelos quais os golpistas tentarão tornar Lula inelegível e até prendê-lo. Explicamos na edição 822 como, pela legislação em vigor, Lula pode ser candidato a presidente e vencer, mesmo sem habeas corpus, inclusive na cadeia (<http://otrabalho.org.br/ate-da-prisao-lula-pode-ser-candidato>).

Mas é inaceitável que Lula seja preso nas próximas semanas, cerceando suas Caravanas e movimentos pelo país.

A detenção de Lula sob qualquer pretexto, será o sinal para uma vigorosa campanha pela sua libertação, apoiada nas organizações dos trabalhadores e democráticas, em todo o Brasil e a nível internacional.

Como nunca antes no Brasil!

Markus Sokol

ACIT COM LULA

Luiz Eduardo Greenhalgh, secretário adjunto de Relações Internacionais do PT, enviou carta aos Coordenadores do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos (AcIT), “em nome da presidente do PT, senadora Gleisi Hoffman, e de Monica Valente, nossa Secretária de Relações Internacionais” onde “o partido, nossos militantes e nosso companheiro Lula lhes agradecemos o apoio que nos anima a continuar a luta pela emancipação do povo brasileiro”. A carta anuncia que “estamos constituindo um Comitê Internacional de Solidariedade cuja finalidade é restabelecer as garantias democráticas no Brasil e defender o direito de Lula apresentar-se às eleições presidenciais. Desejamos, se for possível, a adesão do AcIT à esta iniciativa”.

Reunido dia 23, em Paris, o AcIT, através dos Coordenadores - Louisa Hanune, deputada e secretária do Partido dos Trabalhadores da Argélia, e Dominique Canut, pelo Birô Nacional do Partido Operário Independente da França - respondeu “apoiamos plenamente a campanha para que o companheiro Lula possa ser candidato. Nos dirigimos à todas as organizações, correntes e militantes que seguem as atividades do Acordo para que possam continuar esta campanha nas formas que considerem apropriadas. Estamos a disposição para qualquer iniciativa ou proposta”.

Neste dia 15, então, em Salvador, serão lançadas as propostas deste Comitê Solidariedade Internacional.

Lula e o PT na cabeça!

As pesquisas são teimosas, o povo não engole o golpe

Nova pesquisa CNT/MDA, divulgada dia 6, confirma o favoritismo de Lula. Ele vence no 1º turno com 33,4%.

No cenário hoje mais provável, ele é seguido de longe por Bolsonaro (PSC) - 16,8%, Marina (Rede) - 7,8%, Alckmin (PSDB) - 6,4%, Ciro (PDT) - 4,3%, Álvaro Dias (Podemos) - 3,3%, Collor (PTC) - 1,2%, Michel Temer (MDB) - 0,9%, Manuela (PCdoB) - 0,7%, Rodrigo Maia (DEM) - 0,6%.

Os votos brancos, nulos e indecisos somariam 24,6%.

Lula vence no 2º turno em todos os cenários, nessa pesquisa paga pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT).

Faltam 6 meses para o pleito, haverá mais nomes na disputa - Boulos pelo PSOL e outros ditos de “centro” estarão nas próximas pesquisas - mas o fato categórico é um só: ninguém derrota Lula!

Vai fazer um ano que se cristalizou essa liderança, desde a época da “maior greve geral da história” em 28 de abril. Ali, se feriu de morte a reforma da previdência que agonizou até ser suspensa há um mês. Desde então, Lula encarna a resistência às medidas golpistas e a esperança de verdadeiras reformas populares.

Um fato notável é que em dois anos os golpistas não conseguiram produzir candidato mais “competitivo” do que Bolsonaro - o milico marcado para perder no 2º turno

-, enquanto os demais golpistas se dividem e subdividem, e na esquerda não há rival.

Notável também é que apesar da perseguição e das calúnias, hoje, Lula tem a menor rejeição (46,7%) entre os candidatos (Bolsonaro tem 50,4%, Alckmin 50,7%).

Daí vem a implacável perseguição jurídico-midiática da coalizão golpista para tirá-lo da disputa.

PT disparado na frente

O pesadelo do patronato é ainda mais amplo. A pesquisa do Ibope encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgada neste dia 13, mostra que o PT é o partido político com a maior simpatia entre os brasileiros.

O PT lidera a preferência com 19% dos entrevistados. Muito atrás estão os dois principais adversários golpistas, o MDB com 7% e o PSDB 6%, enquanto 48% não tem preferência partidária. O PSOL tem 2%, PDT, PSB e PCdoB tem todos 1% cada.

A imprensa não explica por que essa ampla pesquisa que ouviu 2 mil pessoas em 127 municípios, entre 7 e 10 de dezembro, só foi divulgada agora. Mas se pode imaginar...

Esta força que existe, o PT, com todos problemas que se conhecem, é, não obstante, quem pode comandar uma força muito maior para sustentar o direito de candidatura de Lula, conquistar a vitória e garantir a posse!



VOLTA REDONDA (RJ)

Domingo, 11 de março: o Comitê Popular em Defesa da Democracia e do direito de Lula ser Candidato, do Sul Fluminense realizou, em Volta Redonda, uma panfletagem na Feira Livre da Vila Santa Cecília. Além de sindicalistas da construção civil, estavam presentes militantes do PT, entre eles os aderentes do Diálogo e Ação Petista. Também presentes alguns companheiros do PCO. O resultado foi positivo, com pessoas juntando-se à distribuição de panfletos. O Comitê volta a se reunir dia 22. Vai fazer o balanço e tirar novas atividades.



BELO HORIZONTE (MG)

O Diretório do PT Zonal Norte de Belo Horizonte, criou em final de janeiro o Comitê Popular em defesa da Democracia e de Lula candidato. Já foram realizadas visitas e a receptividade das pessoas foi muito boa. Isso animou o comitê a se fazer presente - inclusive com uma faixa “Eleições sem Lula é fraude” - no ato de lançamento da pré-candidatura do Lula, por ocasião do aniversário de 38 anos do PT, em 21 de fevereiro. Na última reunião (foto) o comitê decidiu fazer um panfleto, para seguir com o trabalho de diálogo com os trabalhadores da região.

REFORÇAR OS COMITÊS EM DEFESA DE LULA

Os grupos de base do DAP estão chamados a se reunir e organizar a luta

A reunião do Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista, realizada no dia 3 de março na sede nacional do PT, chegou a uma conclusão unânime: a tarefa mais importante do momento para os grupos de base do DAP é impulsionar a criação dos comitês populares em defesa da democracia e do direito de Lula ser candidato, sob a bandeira

“Eleição sem Lula é fraude”.

Combate no qual o DAP já está engajado. Em vários estados, os grupos de base do DAP tomam a iniciativa de criar os comitês, que promovem debates, panfletagens e outras atividades, como se pode ler nesta página. Como mostram as matérias (abaixo) enviadas por nossos correspondentes.

“Frente à escalada golpista- apesar da grande derrota imposta pelos trabalhadores ao governo na questão da Previdência-, o fato é que a decisão da intervenção militar no Rio de Janeiro corresponde a um processo crescente de militarização

do país, que se soma à ditadura do Judiciário com o apoio da mídia golpista, cuja expressão maior é a perseguição a Lula e ao PT. Uma situação que coloca a urgência da defesa das liberdades democráticas cada vez mais ameaçadas pelo governo golpista”. (trecho do comunicado do Comitê Nacional do DAP).

Contribua com o DAP

Para sustentar sua atividade, o Diálogo e Ação Petista recorre à contribuição voluntária dos militantes que compreendem e apoiam essa atuação. Esta é a única fonte de recursos do agrupamento.

O DAP produziu o botton “Eleição sem Lula é fraude”, com o duplo objetivo de arrecadação e de apoio à luta mais importante do momento, em defesa da democracia e do

direito de Lula ser candidato.

Quem quiser contribuir com o DAP pode fazer um depósito bancário.

Caixa Econômica Federal

Agência: 2842

Operação: 013

Conta Poupança: 13833-4

Em nome de André Sena

(CPF: 949.613.440-87)



Comitê Nacional do DAP reunido na sede do PT SP



PANFLETAGENS NA MOOCA (SÃO PAULO)



Participação do comitê da Mooca no ato de 8 de março

Cerca de 30 militantes se reuniram no bairro paulistano da Mooca, dia 2 de março, na sede do Sindicato Unificado dos Trabalhadores Coureiros e Sapateiros para uma reunião de trabalho sobre próximas ações do comitê popular em defesa da democracia e do direito de Lula ser candidato.

A reunião começou com um debate sobre a grave situação do país e como fazer para defender os direitos sociais, a democracia e o direito do povo poder votar em Lula para presidente. Vários temas foram abordados, como as contrarreformas trabalhista e da previdência, a piora sensível das condições de vida, os superpoderes do Judiciário e a intervenção militar no Rio de Janeiro.

Foram aprovadas várias atividades, como panfletagens e participação no ato de 8 de março, além da produção do boletim “Mooca Democrática” para ser entregue de casa em casa, com prioridade para a área de maior concentração de trabalhadores nos bairros da Mooca e Brás.

BANCÁRIOS E SERVIDORES DO JUDICIÁRIO



Mesa do debate: Antonio Guerra, advogado da CEF; André Machado, juiz do trabalho; e Jacqueline Albuquerque, servidora do judiciário federal

Por iniciativa do grupo de base de Recife do Diálogo e Ação Petista foi realizado no dia 13 de março, no Sindicato dos Bancários, um debate sobre “o golpe, suas consequências para os

trabalhadores e a condenação de Lula”.

O debate teve como expositor o juiz do trabalho André Machado e contou com a presença de 35 pessoas, na maioria bancários e servidores do judiciário federal.

Ao final, como estava previsto, bancários e servidores do judiciário se reuniram separadamente e decidiram pela formação de Comitês em Defesa da Democracia e do Direito de Lula ser Candidato em cada uma das categorias. Iniciativas práticas nas respectivas categorias foram discutidas, assim como a participação nas atividades gerais previstas de preparação do ato público no dia 26 de março.

MORADORES INAUGURAM COMITÊ



Comitê formado em Diadema, na região do ABC paulista

Por iniciativa do Diálogo e Ação Petista, cerca de 40 moradores inauguraram no dia 18 de fevereiro no Jardim Marilene, bairro de Diadema (ABC paulista), mais um comitê pela democracia e pelo direito de Lula ser candidato.

O Comitê funciona no quintal da casa da professora Adriana de Souza. “Criamos o comitê para desenvolver ações democráticas e passar para a população

quais são os nossos deveres e os nossos direitos”, disse ela.

O grupo está programando a realização de debates e atividades de rua para conversar com as pessoas. “Vamos levar informações para explicar porque somos contra a reforma da Previdência. E vamos também mostrar o que é a ‘reforma’ trabalhista, e o prejuízo que a população está tendo”, comentou.

Adriana gostou do primeiro encontro. “Foi muito produtivo. Acho que as pessoas entenderam que não podemos ficar calados, porque a elite está querendo nos escravizar”. Ela acredita que o movimento vai envolver mais pessoas, não só de Diadema, mas também da região. “Nossa intenção é que o movimento se alastre e envolva mais pessoas”, afirmou.

PLENÁRIA EM FEIRA DE SANTANA

O grupo de base do DAP de Feira de Santana (Bahia) realizou uma reunião no dia 6 de março. Vera Carneiro relatou a discussão havida na reunião do Comitê Nacional do DAP, destacando a orientação sobre a construção dos comitês em defesa da democracia e do direito de Lula ser candidato. Os mais

de 20 presentes leram e debateram o Comunicado fruto da reunião nacional.

A plenária teve objetivo de preparar participação no 8 de março e construir comitês no município, em particular na universidade e nas escolas públicas. Mas foi discutida também a atuação rumo aos sindicatos e bairros da cidade.

Anulação da “reforma” trabalhista

CUT relança campanha e reafirma que “eleição sem Lula é fraude”

Reunida em Cajamar (SP) em 28 de fevereiro, a Executiva nacional da CUT adotou resolução na qual reafirma que “eleição sem Lula é fraude” e seu compromisso em defesa do direito de Lula ser candidato. Conclama suas bases a levar esta luta até o fim, radicalizando a defesa da democracia e dos direitos, a resistência à reforma trabalhista, retomando a campanha de coleta de assinaturas pela sua anulação.”

Mas são poucos os boletins sindicais na base cutista que trazem a

questão de Lula associada à luta em defesa dos direitos contra as medidas do governo golpista. Algo que deve ser corrigido para que os comitês em defesa da democracia e do direito de Lula ser candidato tenham ampla participação dos trabalhadores.

Já a retomada da campanha de coleta de assinaturas ao Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP) lançado no 2º semestre de 2017 pela anulação da contrarreforma trabalhista e da lei da terceirização ilimitada já começa a ser aplicada em alguns

estados (como decidiu, por exemplo, a CUT-RS).

Ela é fundamental para se opor à legitimação do desmanche da CLT que a MP 808 de Temer pretende – prorrogada por 60 dias em meados de fevereiro – através de sua tramitação e emendas no Congresso nacional.

É hora de mobilizar todas as bases

A contrarreforma trabalhista deve ser combatida em todos os locais de trabalho e categorias para que, através de acordos e convenções coletivas,

seja possível barrar seus efeitos negativos (trabalho parcial, temporário ou intermitente, por exemplo).

Quanto ao financiamento sindical, a Executiva da CUT retoma a posição da central contrária ao imposto/contribuição sindical obrigatória e orienta a realização de assembleias para aprovação de contribuições como a taxa negocial.

É hora de mobilizar todas as bases sindicais na luta em defesa da democracia e dos direitos!

Julio Turra

Não à privatização da Eletrobras

Governo de Alagoas reprime manifestação

O governo ilegítimo de Temer quer entregar o patrimônio público nacional às grandes corporações. A Eletrobras está ameaçada. Mas, os trabalhadores com o apoio da CUT e dos movimentos sociais resistem e lutam contra a privatização.

Para garantir o processo de privatização o governo Temer tem que realizar audiências públicas para discutir com a população a proposta de privatização. Na primeira tentativa, no Senai, dia 27/02, os movimentos sociais e os urbanitários impediram a abertura e a audiência foi cancelada.

Outra tentativa foi convocada, dessa vez para o dia 06 de março, na ESMAL (Escola da Magistratura Alagoana), e uma verdadeira operação de guerra foi montada. Os trabalhadores enfrentaram um aparato nunca visto para um evento deste tipo, com a presença, além da Polícia Militar, da Cavalaria, do BOPE e segurança privada.

O forte aparato solicitado pelo golpista Temer e prontamente atendido pelo governador Renan Filho, também do MDB, agiu com violência para impedir a livre manifestação dos presentes. A PM



Repressão impede presença de público na Audiência Pública

agrediu violentamente os trabalhadores, que foram retirados à força do local da audiência. Em seguida o Sindicato dos Urbanitários e os movimentos sociais paralisaram as ruas do centro de Maceió e a realizaram um ato de protesto.

O governador é responsável pela violência cometida pela polícia contra os trabalhadores, pois ele autorizou que se fechassem batalhões, liberando mais efetivo, que ruas fossem isoladas, impedindo inclusive o acesso de moradores e até uma faculdade teve que cancelar as aulas.

A luta continua!

O Sindicato vai recorrer na justiça, pelo cancelamento desta audiência, que

violou todos os princípios democráticos, realizada na base da força e no autoritarismo poucas vezes visto em nosso Estado. Os eletricitários preparam uma greve contra a privatização da empresa.

Para Dafne Orion, diretora do Sindicato dos Urbanitários, “a luta é em defesa do patrimônio público, contra o tarifaço e o fim de serviços importantes para a população como o Luz Para Todos e a tarifa social, além das demissões, pois o processo de privatização vem acompanhado de demissão em massa.”

Notas de solidariedade à luta dos urbanitários e de repúdio a violência policial foram adotadas pela CUT e o PT Alagoas.

Luiz Gomes

APÓS 48 HORAS SUSPENSA GREVE NOS CORREIOS

A greve iniciou-se às 22 horas do dia 11 de março, mas já no dia 14 foi suspensa pela direção da FENTECT (federação nacional), após julgamento no Tribunal Superior do Trabalho (TST) sobre o plano de saúde. Segundo nota da FENTECT do dia 13 “embora não tenha obtido resultado satisfatório para a categoria, também não foi plenamente a favor da ECT”.

Ora, o TST alterou a cláusula 28 do acordo coletivo instituindo mensalidade para o plano de saúde e aumentando a contribuição do trabalhador de 10% para 30%. Outros pontos da greve – Plano de cargos, carreiras e salários, terceirização e privatização da estatal, suspensão de férias, redução de salários na área administrativa – sequer foram tratados.

Lembremos que a direção da FENTECT não mobilizou a sua base contra o golpe dado em 2016 com a derrubada de Dilma e seu conteúdo de ataque aos direitos dos trabalhadores (setores à época queimaram bandeiras do PT). Composta pela ArtSind-CUT, Conlutas e Intersindical, parece mais preocupada em lotear cargos do que com a unidade da categoria para lutar.

Haverá congresso da federação entre 31 de maio e 2 de junho, quando será necessário adotar um plano de lutas e uma direção capaz de aplicá-lo.

Renê Munaro

Embrapa demite pesquisador

Concursado é demitido por cumprir com seus deveres

Acusado de um suposto “descumprimento de dispositivos do Código de Conduta e Código de Ética”, Vicente Almeida, engenheiro agrônomo e pesquisador, foi demitido por justa causa em 28 de fevereiro. Entre os atos classificados como violação, no entanto, incluem-se direitos de qualquer cidadão, além de deveres dos funcionários públicos. É o caso de solicitação de documentos via lei da transparência.

Outros atos têm relação com sua tarefa como dirigente sindical, como de-

nunciar na Organização Internacional do Trabalho (OIT) práticas de trabalho degradante e análogo à escravidão. Vicente presidiu o Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (Sinpaf-CUT) de 2010 a 2013.

O pesquisador ainda liderou uma pesquisa sobre os impactos do uso de sementes transgênicas e agrotóxicos. Fica claro o caráter de perseguição por parte da Embrapa, subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, comandado pelo ruralista

Blairo Maggi (PP-MT).

Vicente é Secretário Distrital Agrário do Partido dos Trabalhadores no DF, que afirmou: “O PT, solidário com as lutas dos Trabalhadores(as) da Embrapa, vem a público defender o imediato reingresso do servidor Vicente Almeida ao seu posto de trabalho, o restabelecimento dos seus direitos como servidor público, bem como, a livre manifestação de opiniões, no avanço da ciência para à produção de alimentos saudáveis, contribuindo com a democracia e soberania da nação”

São Paulo: professores e servidores em greve

Mobilização é contra a medida de Dória que ataca Previdência

O prefeito de SP, João Dória (PSDB), está tentando implementar uma reforma da previdência no município de São Paulo que é um verdadeiro confisco salarial. Na proposta de Dória a alíquota da previdência passa de 11% para até 19%.

Em resposta, os servidores e os professores da cidade de São Paulo, organizados pelo SINDSEP-SP e o SINPEEM, respectivamente, realizaram grandes assembleias com manifestação no dia 8 de março e decidiram entrar em greve.

PL do Confisco

Para aprovar a medida, Dória reformulou o já equivocado PL 621/16 do ex-prefeito Fernando Haddad, chamado Sampaprev, que o reenviou no apagar das luzes de seu mandato, em dezembro de 2016. Na proposta original de Haddad, os novos servidores que tivessem salário superior a R\$ 5.645,00 teriam que contribuir a um fundo complementar.

Dória manteve o nome do projeto para confundir o funcionalismo, mas o reformulou. E para pior.

Na proposta de Dória, além do Sampaprev está prevista, nas palavras do governo, uma "segregação de massas". Os atuais servidores contribuiriam para o seu fundo, renomeado como Finan. Já os novos servidores contribuiriam para outro fundo, denominado Funprev, que se pretende entregar para administração dos bancos, como um fundo de capitalização. Um duplo problema, pois de um lado ameaça quebrar o fundo de previdência dos atuais servidores (que não contaria mais com a



Manifestação conjunta de servidores e professores em frente à Prefeitura de São Paulo em 8 de março

contribuição de novos concursados), e, de outro lado, submete os novos servidores a um regime administrado por entidades privadas, ao estilo dos fundos de pensão, também sujeito a risco de quebra proveniente do investimento especulativo.

Para completar, o PL prevê uma elevação da taxa, verdadeiro confisco salarial, de 11% para 14%, e ainda uma alíquota complementar que varia de 1% a 5%, totalizando até 19%, de acordo com a faixa salarial.

Questão política

Assim, mesmo depois de suspensão a reforma da previdência de Temer devido à resistência popular, Dória insiste na sua própria versão da reforma.

É um novo ataque, depois de várias medidas contra o povo, como o PL que autoriza vender toda a cidade, o corte do leite, do transporte escolar, o fechamento de postos de saúde, brinquedotecas e a tentativa de servir ração para crianças.

Dória deixa a prefeitura dia 7 de abril para sair candidato a governador. Em entrevista coletiva, ele foi obrigado a reconhecer a greve, mas diz que "não há recuo". Para variar, ele alega um déficit na previdência que não existe, e insiste na reforma para, na verdade, se cacifar frente ao "mercado" e, se conseguir fazer passar, virar o seu candidato preferido ao governo do Estado, numa situação em que atualmente o próprio PSDB está dividido na questão da candidatura ao governo.

Greve tem adesão em massa!

A greve começou forte e tem crescido a cada dia.

De acordo com o professor Nelson Galvão, conselheiro do SINPEEM, "a maioria das unidades educacionais aderiram à greve desde o início, com participação expressiva de professores, auxiliares técnicos, coordenadores pedagógicos, diretores e supervisores". De fato, nas reuniões com a comunidade, os pais e responsáveis têm demonstrado

o seu apoio, posto que os cortes são sensíveis desde o início do ano. Para ele "nem a atitude de Dória, nem de seus apoiadores do MBL tentarem intimidar os servidores com vídeos mentirosos, tem surtido qualquer efeito, ao contrário, tem feito crescer a mobilização".

Já para Vlamir Lima, dirigente do SINDSEP, "no conjunto do funcionalismo há dezenas de unidades completamente paradas e outras parcialmente. É uma greve que mostra a disposição dos trabalhadores de São Paulo de defender o seu direito à aposentadoria. O enfrentamento com Dória é também um recado a Temer e seus comparsas do Congresso Nacional e a outros prefeitos e governadores para não ousarem mexer com a Previdência do povo".

João B. Gomes

DEFESA DO DIREITO DE LULA SER CANDIDATO

Comitês de professores e servidores municipais em defesa da democracia e do direito de Lula ser candidato tem se manifestado com faixas durante a mobilização da categoria. Ao abri-las é comum que muitos trabalhadores se agrupem, peçam para tirar fotos e participar, conscientes de que o que está em jogo com a possibilidade de prisão de Lula e impedimento a sua candidatura tem tudo a ver com a ofensiva generalizada contra os direitos da classe trabalhadora.

Contra o desmonte da EBC!

Trabalhadores lutam em defesa do direito à Comunicação Pública

Os funcionários da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) estão em campanha permanente contra o desmonte físico e do caráter público da empresa promovido pelo governo golpista de Temer.

A EBC, criada em 2008 no governo Lula, administra a TV Brasil, a Rádio Nacional-RJ, as rádios Nacional AM e FM/DF, a Rádio MEC AM/RJ e a Rádio MEC FM/RJ, a Rádio Nacional do Alto Solimões e a Rádio Nacional da Amazônia, o Portal EBC e os sites das rádios e da TV, a Agência Brasil e a Radioagência Nacional.

A empresa vem sofrendo um processo de desmonte, com sucateamento das suas instalações e equipamentos na Praça do Rio de Janeiro, além de ter se transformado em instrumento direto de ataque às organizações populares, em favor dos interesses do mercado, com forte controle interno

do conteúdo veiculado, que se traduz, na prática, em censura. Como ocorreu na transmissão do desfile das escolas samba campeãs do carnaval deste ano, com a Paraíso do Tuiuti.

A serviço do mercado

Outro episódio vem desde janeiro com a produção de conteúdos favoráveis ao Fórum Mundial da Água, evento que está ocorrendo nesse mês de março em Brasília, por força de um contrato no valor de R\$ 1,8 milhão firmado com a ANA (Agência Nacional de Águas). Tal negociação fere o caráter público da Agência Brasil, a qual deveria ter independência editorial.

Uma das reportagens desagradou a ANA e o chefe comissionado da Agência Brasil em SP chegou a ser demitido. A reportagem tinha como título "Apesar de obras, São Paulo ainda precisa de chuva para evitar

nova crise hídrica". A abordagem desagradou ao presidente do Conselho Mundial da Água – órgão organizador do fórum –, Benedito Braga. Ele é também secretário de Recursos Hídricos do governo de Geraldo Alckmin.

A campanha impulsionada pelos funcionários da EBC através dos seus

Sindicatos e Comissão de Empregados busca o apoio das entidades do movimento sindical e popular, artistas, parlamentares e partidos comprometidos com a luta em defesa da comunicação pública.

Nilton de Martins

ÚLTIMA HORA

Milhares de professores e servidores, que protestavam na Câmara Municipal de São Paulo contra o projeto de Dória, nesta quarta-feira, 14, foram brutalmente reprimidos, com bombas de gás, spray pimenta e balas de borracha, pela Guarda Municipal e a PM.



Decisão de Trump ameaça empregos no Brasil

Sindicalista fala das consequências da decisão sobre importação de aço e alumínio



No último dia 8, Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, assinou a promulgação de sobretaxas a serem aplicadas para a importação do aço (25%) e do alumínio (10%).

Uma decisão que atinge em cheio o Brasil, segundo maior exportador de aço para os Estados Unidos. Canadá (primeiro exportador) e México ficaram fora da decisão em função das renegociações do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta, na sigla em inglês).

A decisão de Trump, uma vez efetivada, colocará em risco milhares de empregos no Brasil. Uma discussão começa sobre como os trabalhado-

res e seus sindicatos poderão fazer frente a esta ameaça. O Trabalho ouviu Carlos Magno, metalúrgico da região do Vale do Aço/MG e vice-presidente da CUT estadual. Entrevista feita por Sumara Ribeiro.

O Trabalho - Qual é a expectativa do impacto no Brasil, e particularmente no Vale do Aço, sua região, da taxaço da importação do aço e alumínio por Trump?

Carlos Magno - No Brasil a taxaço excessiva sobre o aço e o alumínio implicará em dificuldades de exportações, promoverá em grande escala o desemprego neste setor, com aprofundamento de problemas nas relações comerciais entre o Brasil e o Estados Unidos. Neste sentido, os mesmos diagnósticos indicados inicialmente afetam a região do Vale do Aço, notadamente em se tratando das principais empresas existentes na região, tais como Arcelor Mittal na cidade de João Monlevade, Usiminas na cidade de Ipatinga e Aperam (única produtora de aço inox na América do Sul) na cidade de Timóteo, totalizando cerca de 10 mil trabalhadores entre postos diretos e terceirizados. E cerca de 60% da produção é destinada à exportação! É bom registrar também que estas

empresas já haviam recuado em seus investimentos, o que implicou na demissão de trabalhadores e retirada de direitos.

OT - A discussão a respeito já chegou no chão de fábrica? Nos sindicatos de base? O que dizem?

CM - Os sindicatos começam a se movimentar. Já há a preocupação com as demissões por conta da contrarreforma Trabalhista e, agora, com essa medida protecionista dos EUA. Os metalúrgicos de todo o Brasil já estão se posicionando sobre a tarifaço do aço e de alumínio, inclusive existe um documento construído pelas Centrais Sindicais em defesa da produção e do emprego na indústria siderúrgica brasileira.

OT - No passado, outros setores tiveram medidas de proteção no Brasil. A classe trabalhadora foi beneficiada? Como assegurar proteção efetiva ao emprego?

CM - Não diria que a classe trabalhadora se beneficiou, porém pautou o governo brasileiro na perspectiva de fomentar a geração de empregos na indústria, uma vez que enfrentávamos um processo de desindustrialização. Mas, o que enfrentamos

no passado, não está nem perto do que pode ocorrer atualmente com a taxaço do aço, considerando o momento da situação política no Brasil e no mundo.

OT - Com um governo Temer, ilegítimo e pró imperialista, que caminho imediato tomar?

CM - Se o governo não fosse ilegítimo e golpista eu diria que iríamos dialogar, tendo em vista a busca de posições firmes em defesa da produção e do emprego no setor siderúrgico brasileiro, inclusive com medidas cabíveis nos fóruns comerciais internacionais, OMC (Organização Mundial do Comércio) principalmente. Porém o governo brasileiro é usurpador e sem credibilidade. Penso que os metalúrgicos brasileiros terão que articular uma resposta de enfrentamento. Temos uma reunião convocada pelas Centrais, com as entidades sindicais metalúrgicas no dia 20 de março, ocasião que as construções coletivas serão apresentadas. Precisaremos de uma avaliação conjunta, mas se coloca a necessidade de organização de paralisações e ações articuladas com o conjunto da classe trabalhadora porque o que está em jogo é toda a cadeia produtiva em nosso país.

Onde havia empregos, há desesperança

Lava Jato e golpe destroem o polo naval de Rio Grande

Há pouco mais de 3 anos, no dia 12 de fevereiro de 2015, a cidade de Rio Grande (RS) parou em defesa do polo naval. Milhares de moradores, sindicalistas e o prefeito da cidade lançaram uma carta que alertava: "Cabe ao governo não vacilar diante de pressões indevidas, garantir o início imediato da construção da P75 e P77, a manutenção da produção e conteúdo local, a garantia dos investimentos sociais e a destinação da riqueza oriunda do petróleo para a maioria do povo brasileiro, particularmente à saúde e à educação pública."

À época, o governo Dilma, já sob pressão da operação Lava Jato e uma campanha visando à desmoralização da Petrobras, iniciava a redução do plano de investimentos da empresa. A Carta de Rio Grande afirmava "há poderosos interesses contrariados pelo crescimento da Petrobras. Há setores ávidos por se apossar da empresa, de seu mercado, suas encomendas e das imensas jazidas de petróleo e gás."

A luta em 2015 foi vitoriosa. A

construção das plataformas P75 e P77 foi retomada. Em seu auge, o polo chegou a empregar 24 mil funcionários diretos. Em função da Lava Jato e do fim da exigência do conteúdo local, hoje o Sindicato dos Metalúrgicos calcula que são 400 funcionários. O governador Sartori (MDB) nada fez para que o polo tivesse outro destino.

Neste mês mais um capítulo da crise. O casco da P71, mesmo com 50% da estrutura pronta, será construído na China. Seu esqueleto, bem como as peças da P72 serão vendidos como sucata. O presidente do Arranjo Produtivo Local (APL), vice-reitor da Universidade Federal do Rio Grande, Danilo Giroldo, denunciou o mau uso dos recursos públicos com essa decisão.

O fim da política do conteúdo local, onde as concessionárias deveriam assegurar preferência à contratação de fornecedores brasileiros sempre que suas ofertas apresentarem condições de preço, prazo e qualidade equivalentes às de outros fornecedores, deu um golpe fatal



nos empregos da região.

O fechamento de lojas, mercadinhos, restaurantes e hotéis ocorre em toda cidade. No último ano, a arrecadação da prefeitura perdeu R\$ 70 milhões (10% do orçamento anual) em função da depressão da economia local.

Com Lula em defesa dos empregos e direitos

A defesa da política de conteúdo local, dos empregos e do parque industrial está na ordem do dia. A profunda crise da cidade de Rio Grande é apenas uma expressão da desindustrialização do país. Segundo dados do IBGE, somente em 2016 a atividade industrial re-

cou 3,8%, acima da queda do PIB, de 3,6%.

Dia 23 de março, Lula estará em São Leopoldo/RS, cidade da região metropolitana de Porto Alegre que concentra metalúrgicas e empresas do ramo do calçado. A convocatória do ato afirma: "Lula tem a força para revogar a reforma trabalhista, defender a aposentadoria, a indústria nacional ameaçada por Temer e Trump e impedir que as riquezas do Brasil sejam entregues aos estrangeiros. Lula é quem tem o compromisso de salvar o polo naval, tirar a economia brasileira da crise e reerguer estados e municípios sufocados pela recessão."

Marcelo Carlini

Ato contra a militarização da segurança do Rio

Em defesa das liberdades democráticas e de Lula

Em 5 de março, no auditório do Sindicato dos Bancários-RJ, ocorreu um debate sobre a militarização da segurança pública e da violência contra os moradores das áreas mais pobres, comparando as diferentes realidades do Brasil e do México, realizado pelo Diálogo e Ação Petista (DAP), com o apoio da CUT-RJ, da deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ) e do deputado estadual Waldeck Carneiro (PT-RJ). Participaram da mesa Luis Vázquez, signatário da Conferência Mundial Aberta de Argel contra a Guerra e a Exploração (dez.2017), Neide Jane, do Coletivo de Combate ao Racismo do PT-RJ, e Júlio Ribeiro, do DAP.

O debate

Luis Vázquez ressaltou que existem muitas diferenças entre a situação atual do Brasil e do México. A principal delas é que a classe trabalhadora brasileira conta com o PT e a CUT, o povo mexicano não tem um partido nem central sindical correspondentes. Contudo, tanto no Brasil quanto no México, pode-se notar a pressão do imperialismo para a implantação de uma política de militarização, sob pretexto de combater o caos e o narcotráfico. Na realidade, a militarização nos dois países é uma tentativa de governos fracos e em crise de enfrentar a resistência social às suas políticas de destruição dos direitos dos trabalhadores e da soberania nacional.

Vázquez disse que a “Iniciativa Mérida”, pacto de “guerra às drogas” assinado em 2008 entre o governo de Felipe Calderón e Georg Bush (na época, os presidentes do México e dos EUA), foi, na verdade, um grande negócio para a indústria de armas dos EUA que lucrou 2,3 bilhões de dólares. Luis concluiu que a militarização do México só aumentou a violência. Os mexicanos ainda pedem justiça pelo sequestro e

assassinato, pelo prefeito da capital do Estado Guerrero, dos 43 estudantes de uma escola rural, entregues ao exército.

Neide Jane, leu uma nota enviada por Benedita, na qual dizia ser necessário “desmascarar a intervenção militar, mostrar que ela não é política de segurança, mas uma jogada política do usurpador Temer e mais um passo na militarização do golpe de 2016”. Neide trouxe também sua própria contribuição como assistente social, relatando o drama dos jovens em situação de rua, na comunidade do Antares (Santa Cruz).

Júlio Ribeiro disse que o decreto de intervenção veio depois do carnaval, em que Temer foi escrachado e que não conseguiu votar a Reforma da Previdência. Como no Haiti, as forças militares estão na favela para reprimir, não para trazer a paz. Lembrando que o morro e favelas não são lugar de bandidos, mas sim de crianças, jovens, idosos, trabalhadores e trabalhadoras que querem ter uma vida digna e segurança.

O plenário participou vivamente da discussão, colocando suas preocupações, vontade de defender a democracia e ver Lula candidato a presidente.

Foi ressaltada a importância do PT, já na primeira hora, condenar a intervenção. Mas é necessário que o PT vá aonde o povo está: nas favelas e morros sob intervenção. É necessário que o PT seja um real ponto de apoio para o povo que sofre com o golpe e as medidas de militarização dos golpistas. O debate se encerrou com o compromisso de abrir uma discussão com todos os militantes e instâncias do PT para que assuma uma campanha nacional para esclarecer a situação das comunidades e pelo fim da intervenção.

Francine Iegelski



Da esquerda para direita: Julio Ribeiro, Francine Iegelski, que dirigiu a mesa do debate, Luis Vázquez e Neide Jane

FAVELAS PELA REVOGAÇÃO

Moradores e líderes das favelas reagem contra a intervenção. Existe mobilização, por parte da ONG “Redes da Maré” para pedir a revogação da intervenção militar junto ao MPF. A Federação das Associações das Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ), anunciou a criação de uma “Comissão Popular da Verdade” para averiguar abusos e crimes recentes de militares. Em 9 de março, as Forças Armadas retiraram 52 barracas que funcionavam na Praça Miami, a principal da Vila Kennedy, favela que conta com 40 mil moradores, sob o pretexto de que ajudavam nas “barricadas instaladas pelo tráfico”. “Chegaram aqui para derrubar tudo. Trabalho no quiosque há 15 anos. O que vou fazer agora?”, disse Leonardo, que trabalhava na praça.

FORÇAS ARMADAS TÊM “JUÍZO”!?

Um dia antes do decreto de intervenção, 15 de fevereiro, João Pedro Stédile, do MST, perguntado pelo site “O cafezinho” sobre o que pensava dos militares, respondeu: “ainda que sejam muito influenciados pela Globo e pela mídia, eles têm juízo e enxergam a realidade do país”. Stédile se enganou. Marcelo Freixo, deputado federal pelo PSOL, em entrevista para ao Estadão, já no dia 2 de março, manteve a “lógica” do argumento de Stédile, dando uma “colher de chá” para os militares. Disse Freixo: “O que eu acho é que os movimentos de resistência não podem cometer o erro de brigar com os militares neste momento. Se a fala for contra os militares estamos errando. Eles estão cumprindo ordens absurdas”. Quem pode acreditar que os comandos militares estão no Rio “contra a sua vontade?”.

Temer segue no ataque às universidades

Na Federal do ABC não nomeia o reitor eleito pela comunidade

O governo golpista tem atropelado a eleição democrática de reitores nas universidades federais. Eleito por maioria absoluta na consulta feita entre professores, alunos e técnicos da Universidade Federal do ABC (UFABC), o então vice-reitor, Dácio Matheus, deveria ter sido nomeado reitor até o início de fevereiro. Mas, ignorando o protocolo e alegando falhas burocráticas no processo, o MEC estendeu por tempo indeterminado a gestão do reitor anterior. Suspeita-se que o motivo real para tentar barrar a nomeação do mais votado seja seu suposto

alinhamento ao PT.

A rigor, a Constituição daria ao presidente o poder de nomear um dentre os três mais votados no Conselho Universitário – onde Dácio venceu por quase unanimidade e os dois outros nomes receberam apenas um voto. Mas há uma tradição do MEC respeitar o primeiro colocado. Lula e Dilma sempre o fizeram. FHC já não: indicou seus apaniguados ao invés dos mais votados nas Universidades Federais do Rio (UFRJ) e da Bahia (UFBA) em 1998 – criando uma grande crise nos anos seguintes.

Em carta aberta, a Associação de Docentes, o Diretório Central dos Estudantes e o Sindicato dos Trabalhadores da UFABC protestam: a “gestão de instituições complexas como [a Universidade] exige habilidades e qualificações que ninguém melhor que a comunidade em seu conjunto para avaliar... A demora da nomeação do reitor democraticamente eleito na UFABC nos preocupa pois tem o dissabor da intervenção, tão comum em tempos de autoritarismo, ferindo o princípio da autonomia universitária.”

É mais um atropelo de Temer à de-

mocracia. Há um mês, o MEC atacou uma disciplina sobre oferecida na UnB que trata do “Golpe no Brasil”. Na semana passada o vereador de Salvador, Alexandre Aleluia (DEM), defensor do “Escola Sem Partido”, moveu uma ação contra um curso similar oferecido por professor da UFBA. Mas o fato é que tais ataques geraram uma reação, e hoje tal disciplina foi reproduzida em cerca de 30 universidades – com centenas de docentes e milhares de alunos participando.

Alberto Handfas

Eleições presidenciais no México

Qual a resposta no processo eleitoral?

Em 1 de julho haverá eleições presidenciais e parlamentares no México. A campanha ocorre numa situação marcada pela ofensiva de Trump contra as nações e povos da América Latina, pressionado pela crise que sacode o sistema político dos EUA - um exemplo é a recente demissão do Secretário de Estado, Rex Tillerson.

O ponto alto dessa ofensiva é o cerco econômico montado contra a Venezuela e as ameaças de intervenção militar, que teria graves implicações para todos os países da região (ver pag. 12).

No caso do México, Trump já começou a construção de um muro na fronteira e, para diminuir o déficit comercial dos EUA, exige alterações no Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta, da sigla em inglês), mantido com o México e Canadá. Atualmente, pelo menos 62,5% das partes dos automóveis devem ser fabricadas num dos três países para não haver a incidência de impostos de importação. Trump quer elevar esse percentual para 85% e que a metade desse conteúdo tenha origem nos EUA.

Ao lado dessa medida haveria outras alterações no Nafta que, se aceitas, ampliariam o saque que as companhias estadunidenses já realizam no México.

Foi para impor essas alterações

no Nafta que Trump anunciou que poderia isentar México e Canadá das novas alíquotas de imposto de importação para o aço (25%) e alumínio (10%). Uma chantagem em meio à desordem comercial provocada por Trump cuja amplitude de medidas de protecionismo, vindas do imperialismo mais poderoso do planeta, expressa o impasse em que se encontra o sistema capitalista em seu conjunto, sufocado dentro das fronteiras nacionais.

“Obrador pela revogação das contrarreformas”

O atual presidente mexicano, Enrique Peña Nieto, está no cargo graças à fraude eleitoral de 2012, patrocinada pelos EUA dos tempos de Obama. Se o seu Partido Revolucionário Institucional (PRI) se mantiver no poder, continuará protegendo os interesses da oligarquia compradora do México e levará o país a uma situação de profunda decomposição, violência e miséria para as maiorias, acentuando sua condição semicolonial, de joelhos para os EUA.

Não existindo no México um partido dos trabalhadores, independente dos patrões e de sua subordinação ao imperialismo, o candidato Lopez Obrador, do partido Morena (Movimento Regeneração Nacional) é quem expressa a resistência contra a política pro-imperialista dos partidos

do regime. Além do PRI, o PAN (Partido Ação Nacional) - ficou no poder entre 2000 e 2012 com Vicente Fox e Felipe Calderón - e o PRD (Partido da Revolução Democrática), assinaram o chamado Pacto pelo México, em 2012, abrindo caminho para contrarreformas na Constituição que retiraram direitos dos trabalhadores, permitiram aumentos de tarifas de serviços públicos e abriram para a entrega de recursos naturais - em particular o petróleo - às multinacionais.

Entre os professores das escolas públicas, a resistência aos “partidos do pacto” e o chamado a votar Obrador foi tema de resoluções em congressos regionais preparatórios ao Congresso nacional da CNTE (Coordenadora Nacional dos Trabalhadores em Educação). Entre as medidas decorrentes do “pacto” estava uma suposta “avaliação” que, na verdade, permitiria a quebra da estabilidade e a demissão de professores. Em 2016, uma forte greve nacional de 120 dias barrou sua implantação, mas ela ainda não foi definitivamente abandonada pelo PRI-PAN-PRD.

Lopez Obrador, em comício na cidade de Zacatecas, comprometeu-se a buscar “um acordo para um plano educacional que melhore a qualidade do ensino sem afetar os direitos

Organización Socialista de Trabajadores, sección mexicana de la Cuarta Internacional

El Trabajo

“La emancipación de los trabajadores será obra de los trabajadores mismos”

266 (466) Marzo 2018 \$10.00

Trump comienza el muro, amenaza romper el TLCAN

¿Qué respuesta en el proceso electoral?



REUNIÓN DEL COMITÉ NACIONAL DE DIÁLOGO DE TRABAJADORES Y JÓVENES
7 DE ABRIL DE 2018, CIUDAD DE MÉXICO

LA COORDINACIÓN DEL ACUERDO INTERNACIONAL DE TRABAJADORES (AIT) EN MÉXICO LLAMA A PREPARAR REUNIÓN PARA FUNDAR COMITÉ INTERNACIONAL DE ENLACE E INTERCAMBIO (CIE)

MÉXICO: PROCESO ELECTORAL (4-5)
“Y COMANDO POLÍTICO DE LA SECCIÓN XXII CNTE-CNTE: NO VOTAR POR PRI, PAN, PUSC, PUSC Y NO; “VOTAR EN LA CONVENCION ELECTORAL” Y VOTAR “A FAVOR DEL PROYECTO ALTERNATIVO DE MAGISTERIO” (1) 16 MARZO DE 2018.
“HOPPE CITE LLAMA A VOTAR POR LOPEZ OBRADOR 123 DE FEBRERO DE 2018.”

trabalhistas do magistério”.

Para a OST-Organização Socialista dos Trabalhadores, seção mexicana da 4a. Internacional, é hora de formar comitês de ação política pelo voto Obrador, pela revogação de todas as contrarreformas, por um governo que solucione as demandas da nação e da classe trabalhadora, apontando, portanto, para a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

Correspondente

Guadalupe: Solidariedade a Elie Domota

Campanha exige o fim da perseguição judicial contra sindicalistas

No fechamento desta edição começava uma audiência do processo em que Elie Domota, Secretário Geral da União Geral dos Trabalhadores de Guadalupe-UGTG, é falsamente acusado de “agressão” por um dirigente da empresa automobilística BMW-Guadalupe, cujo dono é também presidente do sindicato patronal MEDEF na Guadalupe. Domota é um dos signatários do apelo da Conferência Mundial Contra a Guerra e a Exploração, que se realizou em Argel (Argélia), em dezembro de 2017.

Os fatos ocorreram em 2016, durante uma mobilização dos trabalhadores em protesto contra as demissões de praticamente todos os membros da seção sindical da UGTG na BMW.

A Guadalupe é uma possessão colonial da França nas Caraíbas. O imperialismo francês se alarmou com a greve geral que paralisou a ilha por 44 dias, em 2009, colocando em cheque a ordem política e social colonial. Desde então, a justiça francesa vem



realizando perseguições contra sindicalistas. Já são mais de 100 dirigentes e militantes da UGTG e de outras organizações que foram convocados diante da Justiça penal pelos mais diferentes pretextos.

No curso desses processos houve diversas e reiteradas violações da liberdade de ação sindical e dos direitos dos acusados. Dentro do tribunal chegou a haver ameaças e até mesmo

agressões contra advogados que defendem os sindicalistas.

O caso de Elie Domota se integra nesse quadro de perseguição judicial e gera tensão social por se tratar do Secretário Geral da principal organização sindical da Guadalupe. A acusação formal é de “violência em reunião,” mas o promotor público se baseia unicamente nas declarações do suposto agredido.

A multiplicação de provocações tem o objetivo evidente de humilhar e aterrorizar os sindicalistas para sufocar a resistência dos trabalhadores contra a ofensiva do governo que pretende acabar com os contratos coletivos de trabalho, eliminar a legislação trabalhista e pisotear as liberdades fundamentais.

Uma campanha internacional, da qual participa o Acordo Internacional dos Trabalhadores (AIT), está em cur-

so para barrar a repressão anti-sindical na Guadalupe e, em particular, para exigir o arquivamento do processo contra Elie Domota.

As moções devem ser enviadas para:

a) Ministra da Justiça da França - Mme Nicole BELLOUBET - Garde des Sceaux - Ministre de la Justice - entrar na página abaixo:

<http://www.Justice.gouv.fr/le-Ministere-de-la-Justice-10017/Contacter-les-Services-du-Ministere-de-la-Justice-12359/Questions-au-Garde-des-Sceaux-Ministre-de-la-Justice-23991.html>

b) Primeiro-ministro da França - entrar na página abaixo:

<http://www.Gouvernement.fr/Contact/ecrire-au-Premier-Ministre>

c) Presidente do tribunal de Pointe-à-Pitre (Guadalupe); via fax: 00 590 590 83 80 44

d) UGTG: webugt@gmail.com

Eleições na Itália causam sobressalto

Rejeição atinge herdeiros dos que há décadas governam o país em função de interesses patronais

“Um terremoto político”, escreveu o jornal “Il Corriere della Sera” após as eleições italianas de 4 de março. “Um cataclismo eleitoral”, segundo o “Le Monde”. Na votação, manifestou-se uma rejeição ampla aos herdeiros dos partidos que há décadas governam o país em função dos interesses dos patrões, dos banqueiros e dos especuladores, eliminando direitos e conquistas dos trabalhadores.

O Partido Democrata (PD), do governo em exercício desde 2013, obteve menos de 19% dos votos (ante 41% nas eleições europeias de 2014). O Força Itália, de Berlusconi, que esteve no poder por diversas vezes entre 1994 e 2011, atingiu 15%. É um sobressalto que atinge toda a União Europeia (UE), já atolada em uma crise profunda. A Itália é a terceira maior potência da zona do euro.

Foi o Movimento Cinco Estrelas (M5S) que ficou à frente, com 32% dos votos. Esse grupo, que se diz “nem de direita nem de esquerda”, capitalizou, com seu slogan “varrer a velha casta de políticos”, a profunda rejeição a esses partidos no poder há décadas, em particular o PD, qualificado como “ninho de corruptos”.

Denunciando de maneira demagógica as políticas de austeridade da UE e o euro, apoiando-se no isolamento da Itália diante dos 600 mil imigrantes que entraram na península nos últimos anos, comprometendo-se a rever



Eleições 4 de março: ampla rejeição aos partidos que governam o país

a Lei Fornero (que adiou a idade de início da aposentadoria para 67 anos) ou o Jobs Act (contrarreforma trabalhista), do ex-primeiro-ministro Matteo Renzi (PD), o M5S conseguiu ganhar os votos do eleitorado decepcionado do PD, dos jovens ditos da “geração desemprego” e dos abstencionistas.

Não é de se admirar, portanto, que esse grupo tenha atingido mais de 50% dos votos na Campânia ou 48% na Sicília, regiões do sul onde o desemprego é uma praga endêmica. Regiões que, ano após ano, são empurradas para a pobreza, nas quais os serviços públicos têm sofrido desmantelamento por parte do Estado, e que fornecem uma mão de obra sem direitos.

Uma política desenvolvida por décadas, qualquer que fosse o governo, o do PD de Renzi, ou o de Berlusconi,

outro grande perdedor das eleições. Berlusconi foi superado por seu aliado da coalizão de direita, a Liga (ex-Liga do Norte), que teve 17% dos votos.

Tranquilizar “mercados”

Há um pouco mais de um ano, em dezembro de 2016, os trabalhadores, os jovens, os aposentados impuseram uma derrota contundente ao governo Renzi. Depois de ter aprovado o Jobs Act, a reforma do serviço público (que introduziu a possibilidade de demitir os servidores) e a “modernização” da escola pública (que abriu a via à sua destruição), o chefe do governo propôs uma reforma constitucional. Pretendia alterar a Constituição de 1945, em vigor após a derrota do fascismo, para fazer uma reforma do Senado (que tem

os mesmos poderes que a Câmara dos Deputados) e a supressão das províncias. A principal central sindical italiana, a CGIL, chamou o voto “não”, e a reforma foi rejeitada por uma votação esmagadora de 60%. Renzi foi expulso do poder.

Agora, após as eleições de 4 de março, nenhum partido pode pretender formar sozinho um governo. São necessários 40% dos votos. Uma situação de incerteza política que alimenta a grande inquietação das instituições europeias.

Os “vencedores” estão pressionados a tranquilizar os “mercados” e a UE. Luigi Di Maio, líder do M5S, afirmou: “Nós sentimos a responsabilidade de oferecer um governo ao país. Dizemos isso em primeiro lugar aos investidores”. E Matteo Salvini, pela Liga, dirigindo-se também aos meios empresariais, disse: “Eles não têm nada a temer”. À UE, garantiu: “Nós estamos na Europa e queremos uma Europa que faça pouco, mas bem”.

O certo é que, qualquer que seja o governo formado, quaisquer que sejam as combinações entre as diferentes forças políticas, será um governo de grande fragilidade e instabilidade, que terá como encargo continuar uma política rejeitada pela imensa maioria de uma população que deverá enfrentar.

Marie Stagliano, do jornal “Informações Operárias”, da França

Nada resolvido na Alemanha

Partido Social-Democrata aprova coalizão com Merkel, mas resistência é forte na base

Um grande suspiro de alívio, mas ninguém canta vitória. Essa é a reação dos círculos dirigentes da economia e da política na Alemanha e na União Europeia (UE) depois do resultado do referendo interno ao Partido Social-Democrata (SPD). Houve uma maioria favorável à entrada do partido na Grande Coalizão, para governar junto com Angela Merkel (CDU/CSU).

O forte Não dos delegados durante o congresso extraordinário do SPD, em janeiro, abalou o velho aparelho dirigente da política da Agenda (contrarreformas sociais e trabalhistas) de Schröder e iniciou o processo de sua decomposição. E esses delegados representavam apenas parcialmente a base militante. É um setor do partido composto sobretudo de dirigentes e parlamentares.

Além de ter sido uma derrota política para a direção do SPD, esse forte Não constituiu também um enfraquecimento de todas as forças favoráveis à Grande Coalizão, antes mesmo de sua constituição. A atual



Merkel sabe que a nova Grande Coalizão não garante um governo estável

decisão majoritária do partido não pode reverter tudo isso.

Durante as jornadas de rebelião no interior do SPD, surgiu na Renânia do Norte-Vestefália (RNV) uma declaração pelo Não à Grande Coalizão e por uma nova política. O texto, escrito por dirigentes partidários, membros das comissões operárias do partido,

representantes sindicais e parlamentares, foi subscrito por cerca de 2 mil membros do SPD.

Na RNV, bastião tradicional do SPD e do movimento operário, eles sofreram uma derrota eleitoral catastrófica em maio de 2017, como resultado dessa política, que prefigurava a derrota nas eleições legislativas de setembro. É por isso que, diante da reedição da Grande Coalizão, decidiram ir ao combate pelo Não.

Sem governo estável

A dirigente da Comissão Operária do SPD (AfA) da região do Baixo Reno, na RNV, declarou: “Entre os que assinaram o texto pelo Não à Grande Coalizão, há muitos que, durante anos, compartilharam a responsabilidade pela política da

Agenda, uma política de austeridade destruidora para a infraestrutura social, as comunas, os serviços sociais, os hospitais, as escolas, os jardins de infância, e que pagaram um pesado tributo por isso”. Para ela, “participar da Grande Coalizão ameaça levar o SPD a uma aventura suicida”.

O Fórum DL 21, a esquerda do SPD, demanda, entre outros pontos, o reforço da política de convenções coletivas, o fim dos empregos precários e investimentos na infraestrutura pública e social, o que está em contradição com o programa do governo formado.

Uma profunda fissura atravessa o SPD. A direção do partido sabe disso tão bem quanto Merkel: a instalação da nova Grande Coalizão não garante de forma alguma um governo estável. A crise do SPD se transformou no calcanhar de Aquiles do novo governo. A Alemanha entrou em uma nova fase de desestabilização social e política.

Correspondente

Venezuela: eleições remarcadas para 20 de maio

Um setor da oposição vai participar, mas o cerco imperialista continua

O Conselho Nacional Eleitoral (CNE) adiou as eleições presidenciais na Venezuela, inicialmente previstas para 22 de abril, para 20 de maio. Na mesma data ocorrerão também eleições para os conselhos legislativos estaduais e municipais.

A decisão foi tomada após a assinatura do “Acordo de garantias eleitorais” entre o partido de Maduro, PSUV, e um setor da oposição que em 28 de fevereiro havia formalizado a inscrição de Henri Falcón como candidato presidencial, o Avançada Progressista (AP) e os tradicionais partidos MAS e COPEI.

O acordo inclui a abertura de registro eleitoral para venezuelanos que estão no exterior e o pedido de uma missão de observação eleitoral para a ONU, sendo similar ao acordo final obtido na República Dominicana, rompido pela oposição representada por Julio Borges atendendo a uma ordem vinda de Washington (ver OT 822).

Assim, no vazio deixado por Julio Borges e a Mesa de Unidade Democrática (MUD), um setor da oposição vai participar das eleições, criticando a agenda de violência e caos impulsionada pelos extremistas da MUD.

O candidato Henry Falcón já está sofrendo forte campanha de seus antigos parceiros, associados ao governo



Marcha de apoio à Assembleia Nacional Constituinte, Agosto/2017

Trump e ao Grupo de Lima (governos pró-imperialistas da América do Sul), além da OEA, por participar das eleições.

Os partidos “Primeiro Justiça” (PJ) e “Vontade Popular” (VP), não cumpriram as regras para legalizar-se para as eleições, pois sua linha é boicotá-las. Só lhes resta os cargos que mantém na Assembleia Nacional eleita em dezembro de 2015, cujo poder está esvaziado com a existência da Assembleia Constituinte eleita no ano passado, e agora vão apelar para ações violentas de rua que complementem as sanções econômicas aplicadas pelos EUA.

Trump não desiste

Em 2 de março, Donald Trump estendeu por mais um ano o decreto que declara a Venezuela como ameaça à segurança dos EUA “por erosão

das garantias aos direitos humanos e corrupção governamental”. Continua assim a agressão estadunidense com o objetivo de derrubar o governo Maduro, estando prevista uma viagem de Trump em abril ao Peru para participar da Cúpula das Américas organizada pela OEA, e, em seguida à vizinha Colômbia.

A política do imperialismo, além de sabotar as eleições de maio na Venezuela, inclui pressões sobre a ONU para que não envie observadores e operações de “inteligência” para dividir as Forças Armadas venezuelanas tendo em vista um golpe de Estado.

O governo Maduro reagiu anunciando em 10 de março a prisão de nove oficiais da Força Armada Nacional Bolivariana por traição e instigação à rebelião.

Em conclusão, as pressões interna-

cionais serão brutais, bem como as agressões econômicas, sobretudo as que atacam diretamente as condições de vida do povo trabalhador. O que exige medidas emergenciais do governo Maduro para atacar a hiperinflação e o desabastecimento (ver matéria nesta página).

No que diz respeito à candidatura de Henri Falcón, se obtiver um bom resultado isso não vai convencer o governo Trump e seus aliados de que as eleições foram limpas. Ao contrário, preparam-se para não reconhecer os seus resultados. O que faz do enfrentamento entre o imperialismo e a nação venezuelana algo que concentra a situação política na América Latina, com reflexos mundiais.

Alberto Salcedo,
11 de março

“Cerrar fileiras diante do ataque imperialista”

Sindicalistas e militantes de diversas origens adotam plataforma

Tomando posição pela reeleição de Nicolás Maduro nas eleições remarcadas para 20 de maio, foi divulgado um documento de iniciativa do Coletivo Trabalho e Juventude, firmado por dirigentes sindicais, trabalhadores e militantes políticos de várias origens, que levanta uma plataforma de emergência.

“Para nós, trabalhadores, não haverá possibilidade de defender nossa nação e nossas conquistas sem derrotar o imperialismo e seus lacaios. Se eles conseguem derrubar o governo do presidente Maduro, será a classe trabalhadora que será derrotada”, enfatiza o documento que parte da defesa das organizações sindicais e cobra da Central Bolivariana Sindical dos Trabalhadores (CBST) que “centralize todas as demandas dos trabalhadores”.

Medidas de emergência

Para defender o salário contra a hiperinflação e o desabastecimento são apresentadas medidas imediatas que deveriam ser decretadas pelo governo Maduro ainda antes das

eleições. Dentre elas:

- Aumento imediato do vale alimentação e refeitórios nas empresas com mais de vinte trabalhadores; extensão do vale para os aposentados que não tem esse benefício (aumentar o preço da gasolina para este fim);
- Vale-transporte para todos e criar rotas para os trabalhadores chegarem aos principais centros de trabalho público ou privado;
- Pagamento de 120 dias de abono obrigatório para os trabalhadores em todas as empresas privadas de fabricação, distribuição e comercialização de alimentos, as quais aumentaram lucros através da especulação com os preços;
- Que os aumentos de salários se apliquem a toda a grade de trabalhadores do Estado, obrigando as empresas privadas a fazerem o mesmo;
- Incorporar os abonos aos salários no cálculo dos passivos trabalhistas e outros benefícios (aposentadoria por exemplo);
- Que todos os empregados públicos e entidades sindicais tenham acesso a Comitês Populares de

Abastecimento e Preços (CLAP), relançamento da Rede Mercal (mercados populares) em convênio com pequenos produtores:

- Que se garanta a recontração dos que perderam o emprego, inclusive nos casos de terceirização ainda pendentes;
- Revisão da lei do fundo de pensões e aposentadoria de empregados públicos, estabelecendo 20 anos de

serviço para o direito ao benefício.

“Sobre essa base”, conclui o documento, “convocamos todos os trabalhadores a construir em cada local de trabalho comitês independentes de apoio à reeleição presidencial de Nicolás Maduro, apresentando essas medidas (...) Apenas os trabalhadores e setores populares organizados de forma independente podem garantir a soberania da nação”.

Assine O TRABALHO

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

■ 12 edições: R\$45,00 ■ 24 edições: R\$90,00 ■ 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil - Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo
Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br